

Modernização conservadora da agricultura; poluição e abastecimento de água em Londrina – 19780-1990.

GILMAR ARRUDA¹

Água potável é uma abstração, uma separação do grande conjunto que representa os mananciais de água, o sistema hidrológico, na definição da hidrologia. Os moradores das cidades, atualmente, encontram-se quase que completamente alienados da origem e do caminho que este líquido percorre até que possa escorrer pelas torneiras de suas casas à um simples gesto de movimento dos registros. Se a água é captada em mananciais superficiais ou subterrâneos; quantos quilômetros de tubos ela percorre; à quais tratamentos químicos é submetida para se tornar “potável”; qual o destino que toma após percorrer aquele breve intervalo entre a torneira e o ralo da pia, do banheiro, da mangueira do jardim.

Porém, em alguns momentos, essa alienação é superada por força da nossa insuperável dependência em relação à natureza, a origem da água.(WORSTER, 2003). Períodos de seca, que podem comprometer o abastecimento dos humanos em suas moradias; de saturamento do sistema de fornecimento, devido ao crescimento urbano; ou problemas advindos da poluição ou desastres ecológicos que cortam o regular fornecimento de água. Neste sentido, o principal objetivo deste texto é demonstrar como as transformações desencadeadas pela ‘modernização conservadora’, promovida pela ditadura militar, impactou as relações entre a população da cidade de Londrina com o abastecimento de água potável nos anos de 1970 e 1980.

No Brasil, país considerado como tendo abundância de água doce, no entanto, possui uma distribuição de disponibilidade não proporcional a distribuição populacional, sendo que “(...) em três grandes unidades hidrográficas – Amazonas, São Francisco e Paraná – estão localizados cerca de 80% da nossa produção hídrica total”(idem, p. 29), mas a “população é de menos de 2 a 5 hab km² na Região Amazônica, onde a produção hídrica – Amazonas e Tocantis – é de 78% do total nacional. (...)é da ordem de 6% na bacia do rio Paraná, cuja densidade de população

¹ - Doutor em História. Professor do Departamento de História/Uel – financiamento CNPq – e-mail: garruda@uel.br

dominante varia entre 25 e mais de 100 hab;km² , com uma média de 53 hab/km² “(idem, p. 29).

Para SALATI et alli, os problemas de abastecimento, no entanto, decorrem mais da combinação do crescimento exagerado de algumas localidades e da degradação das águas, resultado da “...expansão desordenada dos processos de urbanização e industrialização verificada a partir da década de 1950.”(idem, p. 29/30). Mas, segundo Rebouças, “No Brasil, em particular, a questão que se coloca não é de falta física de água, mas sim do acesso à água limpa de beber.”(Rebouças, 2002, p. 687.) Dificuldade que, segundo o autor, só têm aumentado devido as “...caóticas formas de ocupação do meio físico, o lançamento de esgotos domésticos e efluentes industriais não tratados, a não coleta ou deposição adequada do lixo que se produz, principalmente, engendram a degradação do ambiente, em geral, e dos rios, em níveis nunca imaginados.”(idem, p.687). Especialmente, esse quadro tende a aumentar nas áreas urbanas das médias e grandes cidades.

Rebouças afirma que:

Como resultado do inusitado processo de urbanização no Brasil, teve-se um grande aumento das demandas de água para consumo doméstico, industrial e agrícola, principalmente. Além disso, a não coleta dos esgotos domésticos ou o seu lançamento *in natura* nos rios,principalmente, bem como de boa parte dos efluentes industriais, engedrou a degradação do ambiente em geral e da água dos rios, lagos e açudes, em particular, em níveis nunca imaginados.(2002, p. 691).

Nos médios e grandes centros urbanos o desafio da garantia e da regularidade de abastecimento de água potável aos seus habitantes e, em alguns momentos, como em períodos de seca ou de deficiências dos sistemas de captação e distribuição, explícita as tensões e os conflitos em torno da apropriação da água pelos diversos grupos sociais aparecem em toda a sua expressão.

O caótico crescimento urbano industrial, apontado como a causa principal da degradação, dos conflitos e tensões em torno da apropriação dos recursos naturais no

espaço urbano a partir, especialmente, dos anos de 1970, é decorrente do modelo de desenvolvimento adotado no país pós-1930. As mudanças que ocorreram no Brasil, mais acentuadamente após a década de 1950, notadamente o crescimento da população urbana em detrimento dos residentes da zona rural foram provocadas pelo padrão de desenvolvimento econômico adotado pelos grupos dominantes na sociedade brasileira. A ideologia do desenvolvimentismo, presente em períodos anteriores do governo de Getúlio Vargas, atravessou as décadas seguintes e, durante a ditadura militar, somou-se as restrições à atuação dos movimentos sociais e grupos de oposição, resultando no que foi denominado de ‘modernização conservadora’. Crescimento econômico, exclusão social e repressão política caracterizaram as duas primeiras décadas da ditadura militar, até o esgotamento do modelo econômico no final dos anos de 1970. (FRANCO e CHAUI, 1978; BENEVIDES, 1979; VIOLA, 1987 e LIMA, 2006).

Os impactos sócio-ambientais do desenvolvimentismo foram rapidamente sentidos com o deslocamento de milhões de pessoas da zona rural para as áreas urbanas, no incremento da poluição atmosférica, das águas e do desmatamento, do aumento da miséria e da pauperização das condições de trabalho e moradia nas médias e grandes cidades. Entre 1960 e 1980 estima-se que 40 milhões de brasileiros abandonaram seus locais de moradia em busca das fronteiras agrícolas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, etc, de cidades maiores ou das capitais. (NOVAES E MELLO, 1988). O Brasil descobria a poluição atmosférica provocada por indústrias no vale de Cubatão. Situado na aglomeração urbana de Santos, recebeu a instalação de plantas industriais do setor petroquímico e siderúrgico motivados pela proximidade do porto da cidade de Santos. A implantação deste pólo industrial, começa na década de 50, com a implantação da Refinaria Presidente Bernardes (1955), que tornou-se o polo indutor da indústria petroquímica, e a criação da COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista, em 1953. Continuou na década seguinte com a implantação de enormes empresas como a Ultrafertil, produtora de fertilizantes químicos, que a tornou, nos de 1970, conhecida como o ‘vale da morte’(ALMEIDA, 2004).

3 – A ‘modernização conservadora’ da estrutura sócio-agrária

Por outro lado, as políticas implementadas pela ditadura militar impactaram as estruturas de produção sócio-agrária de enormes regiões que haviam sido incorporadas ao processo produtivo de mercadorias na primeira metade do século XX, com a introdução especialmente, mas não unicamente, do cultivo do café. Regiões como as do norte do Estado do Paraná que em menos de três décadas receberam mais de dois milhões de pessoas; nas quais áreas urbanas se multiplicaram velozmente; onde a cobertura vegetal, uma densa floresta estacional, foi rapidamente convertida em ‘áreas de agricultura’. Tendo aí se estabelecido um formato de produção sócio-agrária, em grande medida baseada na propriedade familiar, não necessariamente pequena; sociabilidades construídas em pequenas cidades e bairros rurais; centrada na produção cafeeira, este conjunto sócio-agrário foi destruído rapidamente pelas políticas dos governos militares.

A industrialização, ou “desenvolvimento a qualquer custo” acompanhado de suas repercussões na estrutura agrária e agrícola resultou no aumento crescente do deslocamento populacional em direção as cidades. Nas regiões que, até a década de 1950, haviam sido consideradas como ‘fronteiras agrícolas” este processo foi vivenciado com a erradicação da cafeicultura e a introdução do complexo atualmente conhecido como “agrobusiness”.

O processo de transformação da estrutura agrária foi denominado de “modernização conservadora”. Os anos de 1960 e 1970 marcaram uma significativa mudança nas formas de utilização dos espaços naturais transformados em “terra”, ocupados pela cafeicultura até então. Grandes áreas ao norte do Estado do Paraná, do oeste do Estado de São Paulo e outras regiões começaram a sofrer um processo de transformação nos processos produtivos que foram denominados de “modernização conservadora da agricultura”, assim caracterizada:

“...processo de integração técnica-agricultura-indústria, caracterizado de um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura,

materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros”(DELGADO GUILHERME, 2001, p. 164).

Alguns dos resultados do processo de erradicação da cafeicultura, ou de ‘racionalização’, como foi denominado pelo Instituto Brasileiro do Café, podem ser acompanhados mais detalhadamente através do exame da transformação da região e do espaço urbano da cidade de Londrina. Inicialmente, a acelerada destruição da estrutura sócio-agrária de produção que havia se constituído na região, na qual as pequenas propriedades familiares tinham um peso significativo. Esta agricultura foi substituída por uma lavoura tecnológica em grande escala com o uso intensivo de fertilizantes e herbicidas e com reduzido número de trabalhadores. Como consequência tivemos o que muitos designaram como “êxodo rural”. O destino desta população foi, na região, em grande parte a cidade de Londrina. Na década de 1970, a população urbana da cidade cresceu mais de 100.000 habitantes.

Nesta década, impulsionados pelo governo federal, surgem os conjuntos habitacionais, na zona norte da cidade, ultrapassando a vertente esquerda do ribeirão Quati, através da Companhia Habitacional de Londrina, criada em 1963, mas que teve impulso somente na metade da década seguinte. Em 1977 teve início a construção do conjunto Milton Gavetti, com 740 casas, seguiu-se o Conj. Parigot de Souza I e II com 1.170 casas. Nos anos seguintes vários outros conjuntos foram iniciados com mais de 5.000 casas. Entre 1970 e 1989 foram construídas 23.899 casas em conjuntos habitacionais sendo que 13.946 na região norte da cidade. Esta região, hoje conhecida como “Cinco Conjuntos”, foi ocupada por população de baixa renda e esta localizada distante do centro da cidade (aproximadamente 10 a 15 quilômetros. No período de 1977-1982, foram entregues quinze mil unidades habitacionais para compradores de baixa renda, entre zero e três salários mínimos. Casas de 21, 35 e 43 metros quadrados em terrenos de 215 m². Segundo Claudia Lima Alves, e a segregação do espaço denominado de ‘Cinco Conjuntos’, era derivada da própria ordem capitalista, sendo que ‘a segregação existe em toda a cidade capitalista’: “Os Conjuntos habitacionais, são uma faceta dessa

contradição e da segregação urbana existente em Londrina. Morar numa casa popular, em especial nos “Cinco Conjuntos”, é ser segregado espacial e socialmente.” No período de 1977-1982, segundo a autora, foram entregues quinze mil unidades habitacionais para compradores de baixa renda, entre zero e três salários mínimos. Casas de 21, 35 e 43 metros quadrados em terrenos de 215 m². A autora foi uma das primeiras a destacar o aspecto da segregação do espaço denominado de ‘Cinco Conjuntos’, derivada da própria ordem capitalista, ‘a segregação existe em toda a cidade capitalista’: “Os Conjuntos habitacionais, são uma faceta dessa contradição e da segregação urbana existente em Londrina. Morar numa casa popular, em especial nos “Cinco Conjuntos”, é ser segregado espacial e socialmente.” p. 104. (ALVES, 1997, p. 104).

Porém, deve-se considerar que a especialização ecológica, derivada da transformação da natureza em ‘terra’ não se restringe apenas à criação da ‘terra para agricultura’, mas também à ‘terra para moradia’, o espaço urbano e sua fragmentação em terrenos/datas comercializados como propriedades, originando conflitos em torno de sua posse.

Em Londrina, como em outras cidades, a constituição da ‘zona urbana’ também foi resultado de conflitos e disputas pelo espaço conquistado da floresta, evidenciado na distribuição e classificação dos bairros populares e nobres. A história da transformação da floresta em ‘espaço urbano’ revela as desigualdades de apropriação da natureza e dos recursos naturais. Com o crescimento populacional acelerado a organização, ou planejamento urbano, tornou-se rapidamente uma das preocupações das autoridades públicas municipais. Era necessário defender a cidade contra a invasão da natureza: o mato, o barro, os animais e ao mesmo tempo organizá-la em termos de classificação social. No início dos anos de 1950 foi aprovada uma legislação, Plano Diretor e depois um Código de Postura, que indicava as regras de abertura de novos bairros bem como os estilos e requisitos para construção de novas residências. O sentido destas posturas legais era, como afirmou Eder Souza, profundamente segregadoras e excludentes: “Assim, o que ocorreu foi que, a partir de da execução da legislação, as regiões da cidade foram sendo definidas como: *áreas nobres, setores da classe média e setores populares*”(SOUZA, 2008, p 40)

A segregação social, porém, não foi uma decorrência apenas da legislação aprovada no início dos anos de 1950, ela está na própria origem da moderna sociedade urbana e burguesa. O surgimento do urbano na floresta é, para todos os efeitos, percebido e narrado como sendo a chegada da modernidade na selva. (ARRUDA, 2005). Neste sentido, a exclusão social estava inserida na própria matriz da fundação da cidade: “Desde a origem da cidade, entretanto, a parte centro-sul foi aquela onde se investiu mais na infra-estrutura urbana e onde se localizaram tanto as residências de alto padrão quanto as áreas verdes e, a parte norte, as de baixo padrão e ausência de espaços de lazer; esta segregação espacial foi fruto tanto da ação da companhia colonizadora quanto das empresas imobiliárias e se acentuou quanto mais a cidade cresceu.”(MENDONÇA, 1997, P. 85). Além disso, a segregação do espaço urbano, criando espaços privilegiados e determinados para padrões sociais específicos é um processo contemporâneo ao crescimento das grandes metrópoles no século XIX e os primeiros projetos de “reforma urbana”, ou seja, do surgimento da cidade disciplinar imaginada pela sociedade burguesa. No Brasil, várias cidades passaram por este processo de reforma já no início do século XX, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro.(SEVCENKO, 1991 e RAGO, 1997, ARRUDA, 2001).

A introdução da produção de soja com o programa de erradicação da cafeicultura, ironicamente denominada de ‘racionalização da produção’, levou a uma profunda mudança nas formas de ocupação do solo, das propriedades e do tipo de cultura que teriam impacto no mundo urbano. Expansão da população urbana, especulação imobiliária, aumento de demanda dos serviços urbanos e a conseqüente poluição provocada pelo aumento do uso dos agro-tóxicos no novo padrão de agricultura tecnificada, a erosão do solo devido ao incremento de áreas plantadas com culturas temporárias e a diminuição dos empregos rurais.

Com o rápido crescimento populacional da cidade o abastecimento de água entrou em colapso e tornou-se uma das principais demandas públicas durante os anos de 1970 e 1980. À falta de água potável somou-se a questão da qualidade da água, ameaçada pelo aumento dos níveis de contaminação por pesticidas usados nas lavouras que substituíram a produção cafeeira. Uma crescente percepção da ‘fragilidade da natureza’ podia ser notada nas discussões e propostas sobre as formas de atender a demanda por água dos habitantes da cidade. Nos tempos da ‘era da ecologia’, o termo

poluição passou a freqüentar o cotidiano da população de Londrina e, com mais presença devido ao projeto proposto pela prefeitura municipal de captar água do rio Tibagi para abastecer a cidade. Um nascente movimento ambientalista trouxe a público denúncias da poluição de suas águas pelos ‘organoclorados’, contribuindo para adiar a decisão até meados da década de 1980. A imprensa denominou a resistência ao projeto como a “Polêmica Aquífero Botucatu x rio Tibagi”²

No início dos anos de 1970 a Prefeitura do Município de Londrina havia contratado os serviços de uma empresa Planidro – ECP para desenvolver um estudo técnico-econômico de sistemas individuais e coletivos visando o abastecimento de Londrina e outras cidades vizinhas como Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva, baseando-se na captação da água do rio Tibagi.³ Este projeto foi a base do que viria a ser conhecido como Projeto Tibagi, postergado, combatido, modificado e até que, em meados dos anos 1980, foi retomado e finalmente inaugurado em 1991, para atender a demanda por água potável da cidade de Londrina.

Havia outras alternativas ao projeto de captação das águas do rio Tibagi. A própria empresa concessionária do serviço de abastecimento de água no município, Companhia de Saneamento do Estado do Paraná (SANEPAR)⁴ vinha realizando, no final dos anos de 1970, testes na região com a perfuração de poços profundos.(AMANTHEA, 2004, p. 140-47) Mas após dois insucessos, a empresa anunciava o abandono das perfurações e opção pelo Projeto Tibagi. Alberto Zocco Junior, gerente regional da SANEPAR, em 1978, afirmava: “... o Projeto Tibagi é a solução definitiva para a escassez de água de Londrina.”⁵

² - Na época o Aquífero Guarani era denominado de Botucatu.

³ - Engenheiros Consultores S/A (Planidro). *Relatório técnico econômico do sistema integrado de abastecimento d'água para os municípios da região de Londrina*, 1971. Coleção Nelson Amanthea. Centro de Documentação e Pesquisa em História. Universidade Estadual de Londrina. Relatórios. Neste relatório, no diagnóstico realizado pela empresa de consultoria, vários bairros da cidade, especialmente os da região oeste eram abastecidos por sistemas independentes a partir de poços artesianos ou semi-artesianos.

⁴ - Até 1976, o serviço de abastecimento de água era realizado pela própria prefeitura quando, então, foi incorporado pela empresa estatal organizada pelo governo do estado do Paraná, a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná (SANEPAR).

⁵ - *Folha de Londrina*, (Londrina), 19 fev 1978, p. 03.

No final de 1981 a SANEPAR anunciava que o Projeto Tibagi estava pronto. De forma grandiloquente, Ingo Hubert, o presidente da empresa afirmava: “... o novo sistema de recalque de água será o maior do Paraná e um dos maiores do Brasil’ e previa que o problema de abastecimento de água da cidade de Londrina estaria resolvido por um período de “...20 anos ou mais”⁶. Alguns meses depois o gerente local da empresa informava que o Aquífero Guarani (Botucatu na época) continuaria sendo estudado mas, no máximo “...como reforço ao sistema de abastecimento de Londrina.”⁷ A opção pela captação das águas do rio Tibagi e o abandono das pesquisas no Aquífero Guarani, na época denominado de Botucatu, desencadeou um processo de discussão e resistência àquela decisão que ficaria conhecida como a polêmica “Aquífero Botucatu/Guarani x Rio Tibagi”. No centro da discussão a oposição água pura x água poluída.

A imprensa local vinha desde o final da década de 1970, acompanhando de perto a questão do abastecimento de água da cidade, especialmente, as tentativas de perfuração de poços artesianos pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) que havia se tornado uma “novela sem fim” naquele período. Em um editorial do jornal Folha de Londrina e se posicionava a favor de uma solução que adotasse os poços artesianos, como melhor solução para o ‘problema de abastecimento.’⁸ Os argumentos do editorial do jornal no final dos anos de 1970 ainda estão calcados principalmente nos fatores econômicos das alternativas: os poços seriam mais baratos. Por outro lado, a preocupação com o abastecimento aumentava quando em períodos de seca, como foi o caso de 1978, quando o rio Tibagi teve sua vazante bastante reduzida. O jornal estampava página inteira anunciado que “Nossos rios estão secando”. Para o jornal, as conseqüências diretas da seca seriam o desemprego, a queda na produção da agricultura, a perda de capacidade geração de energia elétrica nas hidrelétricas, os incêndios e, para os habitantes da cidade Londrina, o maior contingente de leitores do jornal: “A escassez de água nos rios gera o racionamento do líquido nas cidades...”⁹

⁶ - *Folha de Londrina*, (Londrina), 02 dez 1981, p. 05.

⁷ - *Folha de Londrina*, (Londrina), 12 abr 1982, p. 05.

⁸ *Folha de Londrina*, (Londrina), “Editorial: A denúncia do poço”, 24 mar 1978, p.2.

⁹ Fonte: *Folha de Londrina*, (Londrina), 09 mai 1978. Acervo: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH – Departamento de História/Universidade Estadual de Londrina.

As preocupações com a qualidade da água, embora não mencionada no editorial, eram conhecidas pelos articulistas e pelos seus leitores. No final do ano de 1978, publicou uma matéria com informações da Administração de Recursos Hídricos (ARH), que logo depois passaria a ser chamada de Superintendência dos Recursos Hídricos E Meio Ambiente –(Surehma), órgão do governo estadual, dando conta de ações programadas pelo no sentido de investigar a qualidade da água, ou como está no texto, para “averiguar o índice atual de poluição” do rio Tibagi e do Lago Igapó. Na matéria, o diretor afirmava que o órgão iria averiguar as águas do rio Tibagi para medir o índice de “poluição”, mas não se mencionava a poluição por agro-tóxicos.¹⁰

No ano seguinte, a poluição dos rios começava a ser relacionada aos agrotóxicos a partir de estudos do órgão responsável pela administração de recursos hídricos naquele momento, a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná (SUREHMA). Em uma matéria com características de divulgação institucional que ocupou uma página inteira, no dia 24 de fevereiro de 1979, publicada pela Folha de Londrina, , revelava as ações que a SUREHMA vinha realizando com a finalidade de descobrir os efeitos dos pesticidas no meio ambiente. O título da matéria era: “SUREHMA pesquisa ação dos pesticidas no meio ambiente”. A intenção do órgão era a de “... planificar medidas a serem tomadas no sentido de minimizar a contaminação do meio-ambiente por pesticidas”. Pretendia-se medir a contaminação dos cursos d’água, avaliar a “qualidade da água para abastecimento público”, estabelecer os teores de resíduos de inseticidas em produtos alimentares, nos diferentes tipos de solos do Estado; no teor de no tecido gorduroso do Homem. Pretendia também fazer um levantamento dos casos de intoxicação humana pesticidas e, ainda, avaliar o impacto ecológico da aplicação de herbicidas no meio aquático, para controle químico das plantas aquáticas invasoras”. Tratava-se, portanto, de um programa completo de avaliação da degradação ambiental decorrente do uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura naquele momento.

Uma das características da ‘era da ecologia’ surgida, entre outros fatores, em decorrências dos efeitos da radiação das explosões atômicas dos anos de 1940, além da

¹⁰ *Folha de Londrina*, (Londrina), “ARH procederá análise no rio Tibagi e acha ‘seríssimo’ o problema do Igapó, 25 nov.1978, p. 05.

idéia de fragilidade da natureza, é o medo constante pelos quais os seres humanos passaram a vivenciar as conseqüências das intervenções humanas no meio natural. O medo da natureza parece ser um dos mais antigos medos da humanidade, conforme afirma Yu-Fu Tuan (xxxx p. 117): “Uma natureza externa que parecia toda poderosa e difícil de prever era uma das principais causas de insegurança humana e medo nos tempos pré-históricos, nas civilizações arcaicas e nas sociedades tribais e tradicionais.” Não era o medo de uma natureza vivenciados diante das manifestações dos fenômenos naturais e imprevisíveis, mas agora sentidos como sendo decorrentes das intervenções humanas no meio natural. As catástrofes ambientais pareciam mais e mais como sendo resultado da ação inconstante dos homens. A seca, um fenômeno natural e recorrente, agora parecia que estava sendo ampliado pelo deflorestamento exagerado praticado em décadas anteriores. Essa percepção, aparece claramente evidenciada nos anos de 1980 nas manifestações da oposição ao Projeto Tibagi, tanto por movimentos organizados quanto em declarações isoladas através de cartas do leitor publicadas pelo jornal Folha de Londrina.

Estas cartas são muito importantes para visualizar a circulação do imaginário sobre a poluição do rio e como se sentiam ameaçados. São manifestações individuais e, as vezes coletivas, de leitores que por iniciativa própria escreveram aos jornais expressando suas opiniões. As seções das cartas de leitores, presentes em quase todos os jornais, são importantes fontes documentais sobre a opinião pública, independente da linha editorial do jornal. Em dezembro de 1982, foi publicada carta contendo a assinatura de 13 pessoas, que se declaravam como jornalistas, médicos, vereador, mãe de família, comerciários, etc. Na carta intitulada “Água: Tibagi x Botucatu”, endereçada ao governador do Estado, diziam que queriam expor as graves preocupações da comunidade diante de “suas necessidades essenciais: a água”. Dizia a carta, entre outras coisas:

“Sabemos que existem duas opções para abastecer nossas cidades: captar água do Tibagi, um dos rios mais poluídos do Paraná, em cujas margens convivem fábricas de papel, curtumes, etc., onde atualmente toneladas de organoclorados, usados na agricultura, são arrastados pela chuva, cujos resíduos venenosos permanecem na água mesmo após ser tratada pelos métodos

atualmente conhecidos.(...) Outra alternativa , que vigorosamente vem sendo defendida por especialistas, é a exploração do Aquífero Botucatu, manancial incontaminável, que poderá fornecer água por centenas de anos.”¹¹

O Tibagi era para os autores desta carta, ‘um dos rios mais poluídos do Paraná’, pelos “resíduos venenosos” originários, especialmente, da atividade da agricultura e que “permanecem na água mesmo após ser tratada pelos métodos atualmente conhecidos.” Em outra carta, em defesa do aquífero e criticando o prefeito por ter apoiado o projeto, repete-se o argumento da poluição das suas águas e argumenta-se que a proposta de combater a poluição em toda a bacia do rio seria extramente difícil: “Ora, o Sr. Prefeito sugere controlar a poluição em toda a bacia do Tibagi. Pensem em quanto tempo Londrina levou para despoluir (parcialmente) o lago Igapó; porque cidades como Apucarana, Rolândia e outras não conseguem despoluir os rios que as abastece. Esses exemplos são de pequenos mananciais, poucas fábricas estão envolvidas. Agora, o que dizer da bacia do Tibagi, que agrega milhões de pessoas, que cruza áreas de agricultura intensa, que envolve inúmeras cidades?”¹²

Aparecia também em manifestações organizadas em cidades vizinhas a Londrina. No final do ano de 1982, os habitantes de Cambe, município vizinho a oeste da cidade de Londrina, organizaram um abaixo assinado, que no dia 03 de dezembro já contava com mais de 600 assinaturas. O manifesto afirmava que estudos realizados assegurava que “temos sob os nossos pés um verdadeiro mar de água cristalina, capaz de suprir a região por milhares de anos”, e em contraposição a nota questionava o projeto Tibagi: “Por que teríamos que beber das águas de um dos rios mais poluídos do Paraná, que abriga em suas margens fábricas , como a de papel e celulose, se sabemos que uma solução assim seria a mais cara e a menos sadia?”¹³

Em meados da década de 1980, tendo o processo licitatório da construção da captação paralisado devido a inúmeras ações contestatórias entre as empresas participantes, o Sindicato dos Engenheiros de Londrina, publicou uma carta aberta ao

¹¹ - *Folha de Londrina*, (Londrina), “Carta dos Leitores: Água: Tibagi x Botucatu”, 18 dez.1982, p.2.

¹² - *Folha de Londrina*, (Londrina), “Carta dos Leitores: Aquífero”, 20 mai.1983, p.2.

¹³ - *Folha de Londrina*, (Londrina), “Cambe não quer água do Tibagi”, 03 dez. 1982, p.7.

governador José Richa, cobrando compromissos de um documento denominado Plano de Saneamento de Londrina-1983. Esta carta foi enviada a jornais, sindicatos, câmara de vereadores, etc. A repercussão mobilizou cerca de 40 entidades da cidade em torno de um movimento denominado de Pró-Agua.(AMANTHEA, 2002, p. 281)¹⁴

Em 1986, auge da movimentação do Pró-Agua, chegou a ter música veiculada nas rádios e um logotipo que evidenciam amplamente a circulação e aceitação da paisagem do medo da poluição em relação às águas do rio Tibagi. Segundo Amanthea,

...o que foi marcante, e aí vem a questão da paisagem do medo como estratégia consciente. Eu particularmente, como fui um dos coordenadores do movimento, segurei o tempo todo as entidades, a pressão era muito forte, no sentido de criar terror, um pânico na população sem ter alternativa. [...] Nós não poderíamos sair aterrorizando a população, sem fundamentos fortes. Nós tínhamos elementos mas não tínhamos prova cabal documentada. Aí nós tomamos conhecimento do material impresso pela SURHEMA em 1985 que mostrava a presença de venenos organoclorados em todos os rios do Paraná, inclusive na água tratada, e também no Tibagi. [...] A partir deste momento eu abria a porteira e surgiu o logotipo ‘Tibagi não’.

A partir da publicação do documento da SURHEMA, Amanthea considerou que a avaliação daquele momento indicava a necessidade de não se omitir pois tratava-se de um documento oficial, e as conseqüências, indicadas no próprio documento era de que a ingestão daquelas pequenas doses de veneno causariam ao longo do tempo “câncer, distúrbios nervosos e geração de crianças defeituosas”.

O logotipo que se refere Amanthea em seu depoimento, embora simples, era direto na sua mensagem:

¹⁴ - A lista completa das entidades pode ser obtida em <http://www2.uel.br/projetos/aquiferoguarani/>

Figura 4



15

O logotipo que circulou nos panfletos e documentos produzidos pelo movimento Pró-Água, pode se perceber a cristalização da paisagem do medo. Ele era direto e objetivo. A inocente água que todos os dias saía das torneiras domésticas, um gesto banal e cotidiano, poderia se tornar uma arma mortífera, trazendo a própria morte, pois trazia a água poluída do rio Tibagi. O símbolo que o movimento tomou para si, a proteção da água, em contrapartida, a gota d'água protegida pelas mãos em gestos que lembram rituais religiosos da Igreja Católica evoca a pureza e o sagrado, bem como a ação bem intencionada dos participantes.

A contraposição entre a água que carrega veneno e a água boa que corria no Botucatu, o Aquífero Guarani, parece ser clara na intenção de reforçar a paisagem do medo. A era da ecologia emergia assim, na cidade de Londrina, associada ao temor de uma ameaça tão invisível quanto a radiação: a poluição das águas por agrotóxicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. A industrialização e a questão ambiental na região sudeste do Brasil. *Caminhos de Geografia*, n.4, 11, (Fev/2004): 53-66, 57. Disponível em: www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html

ALONSO, Angela, COSTA, Valeriano e MACIEL, Débora. *Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro*, *Novos Estudos Cebrap*, 79, (novembro 2007): 151-167.

ALVES, Claudia Lima Esteves. Dinâmica espacial de produção e reprodução do capital e da força de trabalho em Londrina – os Conjuntos habitacionais. p.90-92.

¹⁵ Fonte: Coleção Nelson Amanthea. CDPH. Folhas avulsas. Também pode ser obtido no site: <http://www2.uel.br/projetos/aquiferoguarani/>

- AMANTHEA, Nelson R. “*De volta para o futuro: o Aquífero Guarani como alternativa viável ao desenvolvimento da região de Londrina*”. (Dis. Mestrado, Um. Est. Maringá/Un. Est. Londrina, 2004).
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 3ª ed.
- DELGADO GUILHERME C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos avançados* 15 (43), 2001 157-172., P. 164.
- DRUMMOND, José Augusto e FRANCO, José Luiz de Andrade. Alberto Sampaio José Sampaio – Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. *Varia História*. Belo Horizonte, 33 (2005), 129-161
- FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. *Ambiente & Sociedade*, Ano II, No 5 (2o Semestre de 1999):35-54.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940*. Brasília, Tese de Doutorado, Un. de Brasília, 2002.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho e CHAUI, Marilena. “O tempo das ilusões” (orgs.) *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LIMA, Ivone Teresinha Carletto. *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Cândido Rondon-PR: Editora Germânica Ltda, 2006.
- MELLO, João Cardoso de & NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCWARCZ, Lilia Moritz.(org) *História da Vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. V. 4, pp. 559-659.
- NOTTINGHAM, Patricia Carvalho. *Tempos verdes em fortaleza: experiências do movimento ambientalista (1976-1992)*, Fortaleza: Diss. Mestrado, Univ. Fed. Ceará, 2006.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de, *Paixão pela natureza”, atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais n,o Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 200*, Mimeo: (Tese de doutorado, Univ. Fed. RS, 2005).
- PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888.,Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2002.*
- REBOUÇAS, Aldo et alli (orgs) *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo, Escrituras Editora, 2002. p. 691
- REZENDE, Maria José de. *A ideologia do jornal “Folha de Londrina”, no período do governo João Baptista Figueiredo – 1981-1982.Mimeo: (Monografia de graduação, Univ. Estadual de Londrina, 1985)..*
- SILVA, Zélia Lopes da. “As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas as normas para o seu uso.”, in Gilmar Arruda (org.), *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina, Eduel, 2005.
- SOUZA, Éder Cristiano de. *OS EXCLUÍDOS DO CAFÉ: As classes populares e as transformações no espaço urbano de Londrina. 1944 – 1969*. Maringá: (Dis. Mestrado- História), 2008.

SWAIN, TÂNIA NAVARRO. *FRONTEIRAS DO PARANÁ: da colonização à migração*.1988. in: Horizon Plein Text/Institut de Recherche pour le Développement. Disponível em [http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf#search="tania navarro swain"](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf#search=)

VIOLA, Eduardo. “O movimento ecológico no Brasil(1974-186): do ambientalismo a ecopolítica.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. (São Paulo) 4 (1987), 13- 40.

WORSTER, Donald, *Nature's economy: a history of ecological ideas*. New York: Cambridge University Press, 1996. 2ª ed.